

MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO-GERAL DOS CUIDADOS
DE SAÚDE PRIMÁRIOS

Alves
13/10/88

PROPOSTA DE CONTRATO PARA A PRESTAÇÃO DE CUIDADOS
DE SAÚDE NO ÂMBITO DA MEDICINA NUCLEAR

Cláusula 1a.

O contrato agora proposto pela Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários, como primeiro outorgante, obriga, nos seus precisos termos, as entidades singulares ou colectivas que a ele adiram à prestação de cuidados de saúde no âmbito da medicina nuclear.

Cláusula 2a.

1. A nomenclatura dos serviços bem como o respectivo valor constam da lista anexa a esta proposta de contrato da qual faz parte integrante.
2. A nomenclatura referida no número anterior é definida de acordo com a proposta pela Ordem dos Médicos.
3. A realização de actos não previstos naquela lista dependerá de autorização do primeiro outorgante o qual, se fôr caso disso, procederá à sua inclusão na lista com o respectivo valor, ouvida a Ordem dos Médicos, a qual do ponto de vista técnico científico validará o referido acto.

Cláusula 3a.

1. Podem aderir à presente proposta de contrato os médicos especialistas de medicina nuclear inscritos no respectivo Colégio, bem como os médicos a quem a Ordem dos Médicos reconheça idoneidade para o efeito.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO-GERAL DOS CUIDADOS
DE SAÚDE PRIMÁRIOS

- 2 -

2. A adesão a esta proposta pode também ser efectuada por outras entidades singulares ou colectivas que desenvolvam actividades no sector.

Cláusula 4a.

1. A adesão rege-se pelas seguintes regras:
- a) a adesão depende do reconhecimento, pelo primeiro outorgante, da idoneidade individual, das instalações, do equipamento e dos recursos humanos adequados para prosseguir os fins do contrato;
 - b) os aderentes devem fazer prova de que têm, como responsável técnico, um médico com as qualificações previstas no nº 1 da cláusula anterior;
 - c) cada responsável técnico só pode assumir a responsabilidade de um consultório, com presença física durante o horário de funcionamento do mesmo;
 - d) a capacidade de atendimento diário de cada consultório é determinada em função das instalações, do equipamento, do pessoal, do horário de funcionamento, bem como do tempo de presença física do responsável técnico ou dos especialistas colaboradores nesse consultório;
 - e) as entidades aderentes devem assegurar ao responsável técnico total autonomia, independência e hierarquia técnico-científica.
2. O reconhecimento da idoneidade prevista no número anterior será precedido de consulta obrigatória à Ordem dos Médicos, devendo para o efeito, ser-lhe remetido o respectivo processo de adesão.

Cláusula 5a.

A idoneidade a que se refere a alínea a) da cláusula anterior não será reconhecida em relação às entidades que não disponham de licença definitiva de protecção contra

MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO-GERAL DOS CUIDADOS
DE SAÚDE PRIMÁRIOS

- 3 -

radiações ionizantes emitida pelo Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial - Departamento de Protecção e Segurança Radiológica.

Cláusula 6a.

1. A adesão às condições estabelecidas no clausulado da presente proposta de contrato far-se-á mediante requerimento, com observância das regras constantes da Lei do Selo.
2. Este requerimento, a efectuar de acordo com a norma de adesão que constitui o anexo I do contrato, deverá ser acompanhado de uma ficha técnica relativa ao consultório, devidamente preenchida que faz parte integrante daquela norma.
3. Qualquer alteração aos dados constantes daquela ficha deverá ser participada ao primeiro outorgante no prazo máximo de 30 dias.
4. O contrato de adesão entra em vigor no mês seguinte àquele em que o segundo ou torgante seja notificado do despacho de aceitação emitido pelo primeiro outorgante.

Cláusula 7a.

1. As entidades aderentes obrigam-se a cumprir os programas de controlo de qualidade que vierem a ser definidos pelo primeiro outorgante em colaboração com a Ordem dos Médicos.
2. As entidades aderentes obrigam-se, ainda, a dar estrito cumprimento ao estabelecido nas regras deontológicas da Ordem dos Médicos.

Cláusula 8a.

As entidades aderentes obrigam-se em especial:

MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO-GERAL DOS CUIDADOS
DE SAÚDE PRIMÁRIOS

- 4 -

- a) a aceitar e a colaborar nas inspecções administrativas promovidas pelo primeiro outorgante;
- b) a apresentar, em papel timbrado com o nome e qualificação do responsável técnico, os resultados dos actos realizados devidamente apreciados, assinados por este ou por outro especialista com idoneidade reconhecida que faça parte do pessoal do consultório;
- c) a guardar em arquivo as cópias dos resultados dos actos realizados bem como de todos os elementos que possam servir de base de apreciação em eventuais inspecções ou vistorias;
- d) a identificar o consultório com o nome e título profissional do responsável técnico em tabuleta afixada no exterior;
- e) a afixar o horário de funcionamento do consultório.

Cláusula 9a.

Os aderentes devem garantir aos utentes o direito à privacidade pessoal.

Cláusula 10a.

1. Os utentes têm o direito de escolher livremente a entidade contratada desde que desse direito não resulte agravamento de encargos para as Administrações Regionais de Saúde derivados de deslocações voluntárias.
2. Com o objectivo de garantir a livre escolha do utente será elaborada uma relação das entidades aderentes a qual será afixada em local bem visível nos Centros de Saúde.

Cláusula 11a.

As entidades aderentes comprometem-se a prestar aos utentes as melhores condições de atendimento e a não estabelecer qualquer tipo de discriminação em função do seu estatuto.

MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO-GERAL DOS CUIDADOS
DE SAÚDE PRIMÁRIOS

- 5 -

Cláusula 12a.

1. O acesso dos utentes aos cuidados de saúde previstos na presente proposta de contrato far-se-á mediante requisição do médico assistente autenticada pelo respectivo Centro de Saúde, ou por requisição do médico contratado pelo Serviço Nacional de Saúde para actos da sua especialidade.
2. As requisições devem ser acompanhadas de uma carta fechada contendo dados clínicos e o diagnóstico provável.
3. Podem ser solicitadas ao médico assistente informações clínicas complementares em ordem à valorização do diagnóstico ou da terapêutica. Igual procedimento poderá ser adoptado pelo médico assistente do utente.

Cláusula 13a.

1. As entidades aderentes não podem recusar o atendimento dos utentes salvo se:
 - a) os actos requisitados não puderem ser executados por avaria do equipamento;
 - b) o utente se apresentar em condições que desaconselhem a realização dos actos requisitados;
 - c) o encerramento do consultório não permita a realização dos actos requisitados;
 - d) o utente recusar ou não puder provar a sua identidade;
 - e) o utente pelo seu comportamento incorrecto se torne indesejável.
2. Deverá ser sempre recusado o atendimento quando se verificarem as seguintes circunstâncias:
 - a) quando o impresso normalizado de requisição não se encontrar correcta e completamente preenchido ou não estiver autenticado pelo Centro de Saúde que o emitiu ou pelo médico contratado pelo S.N.S. para actos da sua especialidade;
 - b) quando as nomenclaturas utilizadas pelo médico requisitante ou a sua ilegibilidade possam levantar dúvidas quanto ao tipo de acto;
 - c) quando a apresentação do utente se verificar fora do prazo fixado na cláu-

MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO-GERAL DOS CUIDADOS
DE SAÚDE PRIMÁRIOS

- 6 -

sula 14a.;

- d) quando as requisições contiverem rasuras, correcções, aposições ou quaisquer outras modificações que possam pôr em dúvida a sua autenticidade,
3. A prestação de serviços de saúde nos casos previstos no número anterior não constitui encargo das respectivas Administrações Regionais de Saúde.

Cláusula 14a.

1. O prazo máximo de apresentação das requisições para a marcação dos actos a efectuar é de 10 dias úteis contados a partir da data da prescrição.
2. Quando os utentes residam em Concelhos onde não exista consultório podem as marcações ser efectuadas telefonicamente pelos respectivos Centros de Saúde a solicitação dos mesmos utentes.

Cláusula 15a.

1. A execução dos actos deve ser efectuada no prazo máximo de 10 dias úteis a contar da data da apresentação da requisição no consultório.
2. Nas situações de urgência, devidamente assinaladas, os actos terão prioridade, devendo, se possível, ser realizados imediatamente.
3. O disposto no número anterior é igualmente aplicável às requisições de actos para migrantes e utentes com incapacidade temporária para o trabalho devendo os respectivos Centros de Saúde indicar estas situações no impresso.

./.

MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO-GERAL DOS CUIDADOS
DE SAÚDE PRIMÁRIOS

Cláusula 16a.

1. O prazo máximo de entrega dos resultados é de 8 dias úteis após a execução dos exames.
2. O resultado dos actos efectuados, dirigidos em envelope fechado ao médico assistente poderão ser entregues ao próprio utente ou a quem o represente ou enviados ao Centro de Saúde requisitante sendo, neste último caso os portes de correio da responsabilidade das Administrações Regionais de Saúde às quais deverão ser facturados mensalmente.

Cláusula 17a.

Os impressos de requisição de modelo normalizado a utilizar pelos Centros de Saúde bem como os sobrescritos para envio dos resultados constituem encargos das Administrações Regionais de Saúde.

Cláusula 18a.

1. O acesso aos cuidados de saúde previstos nesta proposta de contrato está sujeito ao pagamento das taxas moderadoras em vigor nos casos em que a ele haja lugar.
2. O cálculo e a cobrança das taxas moderadoras compete às entidades aderentes devendo o produto ser deduzido ao valor da facturação mensal.

./



MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO-GERAL DOS CUIDADOS
DE SAÚDE PRIMÁRIOS

- 8 -

Cláusula 19a.

As entidades aderentes devem apresentar de uma só vez às Administrações Regionais de Saúde requisitantes a totalidade da facturação em dívida durante os primeiros 10 dias úteis do mês imediato àquele a que respeitam.

Cláusula 20a.

As Administrações Regionais de Saúde devem proceder à conferência e pagamento das facturas no prazo máximo de 50 dias a contar da data da sua apresentação.

Cláusula 21a.

A tabela de preços anexa ao presente contrato será revista anualmente, produzindo os novos preços efeitos a partir de 1 de Janeiro de cada ano, após homologação superior.

Cláusula 22a.

1. Os casos de interrupção de actividade motivados, designadamente, pela ausência temporária ou definitiva, incapacidade ou morte do responsável técnico, deverão ser comunicados ao primeiro outorgante e às Administrações Regionais de Saúde, sendo a relação contratual suspensa enquanto não se fizer prova da substituição do responsável técnico.
2. A mudança da responsabilidade técnica processar-se-á sem exigência de qualquer formalidade a não ser a prova da idoneidade individual.

MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO-GERAL DOS CUIDADOS
DE SAÚDE PRIMÁRIOS

- 9 -

Cláusula 23a.

1. É vedado às entidades aderentes disporem ou utilizarem extensões, filiais ou su cursais do consultório contratado.
2. As violações, pelas entidades aderentes, do disposto no número anterior consideram-se justa causa de denúncia da relação contratual.

Cláusula 24a.

1. Nos casos de divergência de facturação resultantes, designadamente, de erros de cálculo e da atribuição incorrecta de valores aos actos praticados, devem as Ad ministrações Regionais de Saúde suspender os pagamentos relativamente aos actos que suscitem dúvidas, até que sejam produzidos os esclarecimentos ou efectuadas as correcções convenientes.
2. A mesma suspensão deve ser adoptada pelas Administrações Regionais de Saúde quando detectem irregularidades que traduzem a prática de actos dolosos lesivos dos interesses do primeiro outorgante, sem prejuízo, no entanto de procederem à respectiva participação crime com vista ao apuramento da eventual responsabilidade.
3. Nos casos previstos no número anterior deverão ainda as Administrações Regionais de Saúde elaborar um processo de averiguações que deverá ser remetido ao primeiro outorgante tendo em vista o disposto no nº 7 da presente cláusula o qual dará imediato conhecimento à Ordem dos Médicos.
4. Apurada judicialmente a competente responsabilidade proceder-se-á, conforme os casos, ao levantamento da suspensão de pagamentos entretanto decretada ou à denúncia do contrato se esta ainda não tiver ocorrido ao abrigo do que se dispõe no nº 7 desta cláusula.
5. É aplicável com as necessárias adaptações, o disposto nos números 2 e 4 desta cláusula bem como o seu nº 3 à facturação que tenha dado origem o pagamento de actos a que venha a ser reconhecida a natureza dolosa.
6. Ressalvados os casos previstos no nº 1 as irregularidades de facturação que venham a ser detectadas após a participação crime conduzem, desde lodo, à denúncia do contrato pelo primeiro outorgante sem prejuízo de as Administrações Regionais de Saúde procederem a nova participação.

MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO-GERAL DOS CUIDADOS
DE SAÚDE PRIMÁRIOS

7. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores as violações graves do clausula do desta proposta de contrato conferem ao primeiro outorgante a faculdade de de nunciar o respectivo contrato, após notificação e sem prejuízo das demais res - ponsabilidades penais e civis em que o segundo outorgante venha a incorrer.
8. Compete à Ordem dos Médicos apreciar as infracções ao presente contrato naquilo que respeitem às normas éticas e deontológicas que regem o exercício profissio-
nal.

Cláusula 25a.

1. A presente proposta de contrato é válida por um período de um ano, que poderá ser prorrogado por iguais períodos.
2. Qualquer das partes poderá denunciar a relação contratual existente desde que no tifique a outra da vontade de efectuar a referida denúncia, por carta registada com aviso de recepção.
3. A denúncia só se considera eficaz 90 dias contados a partir da data da recepção pela outra parte, da notificação referida no número anterior.

MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO-GERAL DOS CUIDADOS
DE SAÚDE PRIMÁRIOS

- 11 -

ANEXO I

NORMA DE ADESAO

Nome ou designação social _____
proprietário (s) _____
consultório sito em _____
concelho _____ distrito _____

Tendo como responsável técnico o médico especialista ou médico com idoneidade reconhecida pela Ordem dos Médicos _____
residente em _____

Declara(m) aceitar as condições contratuais estabelecidas na proposta de contrato para a prestação de serviços no âmbito da medicina nuclear homologada por despacho de _____

Mais declara(m) que o referido consultório obedece aos requisitos e se compromete a cumprir o estabelecido na mesma proposta de contrato e que possui(m) capacidade de atendimento para _____ utentes/dia num horário das _____ horas às _____ horas

Data _____

Assinatura(s)

Reconhecida notarialmente

FICHA TÉCNICA

2. Tratamientos

MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO-GERAL DOS CUIDADOS
DE SAÚDE PRIMÁRIOS

ANEXO II

NOMENCLATURA E TABELAS

	C	K
Absorção de vitamina B12 (teste schiling)	20	10
Cintigrafia cardíaca	30	20
Cintigrafia cerebral	30	20
Cintigrafia esplênico	20	20
Cintigrafia das glândulas salivares	15	20
Cintigrafia hepática	30	20
Cintigrafia hepática com esvaziamento vesicular	60	20
Cintigrafia hepato esplênica	60	20
Cintigrafia óssea (corpo inteiro)	100	20
Cintigrafia óssea (parcelar)	35	20
Cintigrafia pulmonar	40	20
Cintigrafia da tiroideia	15	20
Cintigrama renal com pesquisa de refluxo vesico-ureteral	20	20
Cistemoventrículo cintigrafia	50	20
Dinâmica cardíaca	50	20
Determinação de clearance renal com rádio nuclidos	15	30
Determinação de perdas proteicas	20	20
Dinâmica cerebral (perfusão cerebral)	30	20
Esvaziamento gástrico	30	20
Fixação de iodo 131	6	4
Fluxo gastro esfágico	30	20

MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO-GERAL DOS CUIDADOS
DE SAÚDE PRIMÁRIOS

	C	K
Linfocintigrafia	30	20
Pesquisa de baços acessórios e transplante de tecido esplênico	40	20
Pesquisa do divertículo de Meckel	20	20
Pesquisa de hemorragia digestiva	20	30
Pesquisa de perda de líquido céfalo raquideo	50	20
Renograma com ipuram (exame basal)	10	10
Renograma com ipuram (exame após diurético)	15	10
Renograma com ipuram (exame após hidratação)	10	10
Semivida globular	15	20
Sinética do ferro	30	20
Tomografia computadorizada de emissão cerebral	100	20
Tomografia computadorizada de emissão hepática	100	20
Volume sanguíneo	15	10
Tomodensitometria óssea por duplo fotão (simples)	80	20
Tomodensitometria óssea por duplo fotão (comparação)	120	30